

A nova emigração espanhola: os rumos da emigração espanhola após a crise econômica

*Nilton Cezar Pereira Pinto**

Introdução

A crise econômica que assola a Espanha há mais de seis anos trouxe reflexos na demografia do país e na tendência migratória. Em 2013 houve uma redução de mais de 50.000 pessoas na população residente. É a primeira vez que ocorre tal fenômeno desde que as estatísticas comparáveis estão disponíveis. Após o *boom* imigratório para a Espanha iniciado no começo dos anos 2000, e que representou um crescimento médio de 720.000 habitantes no período 2002-2008, a entrada de cidadãos estrangeiros começa a diminuir a partir de 2009, ao mesmo tempo em que aumentava a emigração, tanto de cidadãos estrangeiros residentes no país, quanto dos cidadãos nativos. No entanto, a fuga de cidadãos de nacionalidade espanhola começa a crescer desde 2008, e se acentua a partir de 2011, quando a crise financeira e econômica chega ao seu nível mais elevado.

Segundo um levantamento feito em fevereiro de 2012 pelo *Centro de Estudios Sociológicos* (CIS), 48% dos espanhóis se diziam dispostos a emigrar, frente a 30% de suecos ou 35% dos alemães, em pesquisas similares. 17% afirmava já ter pensado seriamente em tal possibilidade nos últimos doze meses. As histórias de espanhóis que decidem empreender o longo e penoso caminho da emigração têm inundado as reportagens da mídia desde há alguns meses.

O presente trabalho traça um panorama da recente emigração espanhola para o Brasil e para dois países europeus: Alemanha e Suíça, como consequência da crise econômica que se abateu sobre o país a partir de 2008.

**Doutor em História Contemporânea pela Universidad Rey Juan Carlos, de Madrid e em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos.*

1. Os novos emigrantes espanhóis

Nos últimos anos, temos assistido um aumento alarmante do número de espanhóis que emigram para outros países, essencialmente em busca de melhores condições de vida, e que se acentuou após o início da crise econômica em 2008.

A onda migratória do anos 1960, que levou aproximadamente dois milhões de espanhóis para outros países europeus, acabou em 1974. Nas décadas posteriores, poucos foram os que se animaram a abandonar o país, até mesmo durante o período da crise dos anos 1990 (1993-1997), quando o desemprego chegou a atingir 24% da população economicamente ativa. Até mesmo dentro da Espanha, a migração entre as diferentes províncias ou regiões era pequena.

No conjunto, a população espanhola é apegada às suas cidades, nas quais os laços familiares e as amizades condicionam substancialmente o desejo dos seus indivíduos de emigrar. Esta é uma característica também existente em outros países do sul da Europa, diferente do que ocorre nos países mais dinâmicos do Continente Europeu. De acordo com o *Eurobarômetro* de 2009, ano em que a taxa de desemprego na Espanha já superava a dos demais países, apenas 12% dos espanhóis considerava a possibilidade de ir trabalhar para outro país, perante 51% dos dinamarqueses, 38% dos suecos, 26% dos britânicos ou 25% dos franceses. A resistência dos espanhóis em abandonar sua terra é bem conhecida pelas multinacionais espanholas, afetando inclusive sua projeção no exterior.

À sociedade espanhola, tão dinâmica no aspecto cultural quanto na imobilidade territorial, desde a segunda metade dos anos 1990 chegaram mais de seis milhões de imigrantes dispostos a encontrar melhores condições de vida. Por isso, quando a crise começou a afetá-los, muitos decidiram retornar aos seus países de origem ou tentar a sorte num terceiro país, embora ainda continuem chegando novos imigrantes. De fato, o saldo migratório continuou sendo positivo até o ano de 2012, cinco anos depois de iniciada a crise.

Muitos dos que saíram da Espanha, especialmente cidadãos latino-americanos, tinham obtido previamente a nacionalidade espanhola¹, o que lhes garante o direito de retornar para a Espanha no futuro se assim o desejarem. Na América Latina, os emigrantes retornados se unem aos antigos imigrantes espanhóis e seus descendentes, meio milhão dos quais já solicitaram a cidadania espanhola em aplicação da Lei da Memória Histórica². Estes dois grupos – imigrantes retornados e os antigos imigrantes espanhóis na América Latina – somam aproximadamente 1.075.000 de pessoas, mais da metade do total de 1.900.000 espanhóis residindo no estrangeiro de acordo com o INE - *Instituto Nacional de Estadística de España*.

Outro grupo de espanhóis no estrangeiro é formado pelos antigos emigrantes que partiram para países europeus e por seus descendentes. Em 2002, em pleno processo do *boom* econômico espanhol, o Censo Eleitoral de Residentes no Estrangeiro cifrava em 488.000 espanhóis maiores de 18 anos vivendo em outros países europeus, muitos dos quais já nascidos nos países de

destino e não na Espanha. Em 2009, o INE detectava 330.000 espanhóis nascidos na Espanha vivendo em outros países europeus, número que aumentou para 350.000 em 2013, portanto com um modesto aumento de 20.000 pessoas. No entanto, isto não quer dizer que apenas 20.000 espanhóis autóctones tenham emigrado por causa da crise: podem ter sido muitos mais, mas cuja saída tenha sido compensada pela volta de outros, ou deles próprios ao final de um período, de modo que no final, o total tenha aumentado relativamente pouco.

Tabela 1: População espanhola residente no exterior em 01.01.2014.

PAÍS	População espanhola residente
Estados Unidos	103.474
México	108.314
Argentina	404.111
Brasil	117.523
França	215.183
Reino Unido	81.519
Alemanha	122.218
Bélgica	53.212
Suíça	103.247

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estadística

De acordo com as cifras europeias, existe uma grande mobilidade entre os emigrantes: no Reino Unido, a cada ano emigra uma cifra de estrangeiros que equivale à metade dos que entram. Por outra parte, muitos emigrantes espanhóis não se registram nos consulados e, portanto, não aparecem nas estatísticas e isso pode levar a crer que o número é, na verdade, muito superior ao oficial.

O que tem aumentado notavelmente é o número de imigrantes que, uma vez obtida a cidadania espanhola, emigraram para outros países europeus, para os Estados Unidos ou para qualquer outro lugar. De acordo com os dados do PERE³, eram 105.000 em 2013. Nos EUA, este é o grupo que mais cresceu, muito acima dos espanhóis autóctones, que tiveram um aumento de apenas 15%.

Além do apego à família e a rede de solidariedade entre pais, filhos e irmãos para fazer frente à crescente situação de desemprego e de precariedade laboral, traço comum entre os países do sul da Europa, e que atua como freio à mobilidade, a Espanha tem uma carência notável no domínio de idiomas estrangeiros, fato considerado como uma das grandes questões sociais a serem resolvidas no país. De acordo com o Eurobarômetro de 2012, apenas 22% dos espanhóis é capaz de manter uma conversação em inglês, o que deixa a Espanha nas últimas posições, superada apenas pela Hungria e bem distante dos 38% da média europeia e muito mais distante ainda dos países nórdicos.

Panorama migratório europeu atual

Na dinâmica do panorama migratório do Continente Europeu há países que, por terem sido pouco afetados pela crise econômica do final da última década, atraem mão-de-obra não apenas de países do Espaço Schengen⁴, mas também de outros países europeus. Tomemos como exemplo dois casos: o da Alemanha, principal economia da Zona Euro, para onde tem ido um grande contingente de cidadãos espanhóis nos últimos anos em busca de emprego; e o da Suíça, tradicional pólo de atração de mão-de-obra espanhola já a partir da década de 1960. Vejamos dois casos de países europeus que têm sido destinos de migrantes europeus em busca de melhores condições de trabalho, sobretudo, a partir da década de 1950.

Alemanha

A Alemanha é o país mais populoso da União Europeia. Tem aproximadamente 82 milhões de habitantes. Desde o auge do período pós-guerra, na década de 1950, o país precisa de mão-de-obra imigrante. A maioria dos imigrantes, naquela altura denominados “trabalhadores convidados”, já retornou aos seus países de origem no sul e no sudeste da Europa, mas um bom número deles continua trabalhando na Alemanha. Também há um elevado número de turcos que chegaram ao país posteriormente. Um segundo contingente de imigrantes notavelmente numeroso é o de imigrantes de origem alemã procedentes do Leste Europeu (oriundos, retornados), estabelecidos desde há muitas gerações nos países da antiga União Soviética, na Romênia e também na Polônia, que foram retornando paulatinamente, sobretudo, depois do desmoronamento dos sistemas comunistas nos respectivos países.

Atualmente vivem na Alemanha mais de 15 milhões de imigrantes e descendentes. Em torno de sete milhões deles são estrangeiros e aproximadamente oito milhões possuem cidadania alemã, seja por naturalização ou por pertencer ao grupo dos quatro milhões de retornados. Logo a seguir a estes últimos estão os imigrantes turcos, com 2,5 milhões de pessoas, seguidos dos ex-iugoslavos (1,5 milhões). O número de muçulmanos é estimado em quatro milhões.

No ano de 2012, em nenhum outro país europeu houve tanta diferença entre imigrantes e emigrantes, como na Espanha com um saldo de 162.000 emigrados, segundo os números divulgados pelo Eurostat, órgão de estatística da União Europeia. Uma circunstância que explica em grande medida a queda da população espanhola em 114.000 pessoas durante 2012.

De acordo com o INE (2013), o ano de 2012 foi o primeiro período desde que começaram as análises de dados em que o saldo migratório (diferença entre os que emigram e os que imigram) teve resultado negativo para a Espanha. Muitos jovens, principalmente, preferem tentar a sorte no estrangeiro. Paralelamente a tal fenômeno, a Espanha foi deixando de ser um país atrativo: a elevada taxa de

desemprego e a situação econômica reduziu drasticamente o número de pessoas que buscam a Espanha como uma terra prometida para construir o futuro.

A Alemanha ocupa uma posição totalmente oposta. O número de pessoas que escolhem a locomotiva econômica da Europa supera em 400.000 o dos que deixaram o país. Esta é uma das causas que provam que a população total daquele país tenha aumentado em 196.000 pessoas. Por motivo do aumento da imigração de europeus comunitários em território alemão, o governo desse país pretende restringir as liberdades dos imigrantes, inclusive se estes são cidadãos da União Europeia.

A ideia do governo de coalizão presidido pela chanceler Angela Merkel centra-se no possível impacto que possa ocasionar para a Alemanha a abertura das fronteiras aos cidadãos búlgaros e romenos, que desde o dia 1º de janeiro de 2014 não precisam dispor de um contrato de trabalho para entrarem no país.

No entanto, o número de romenos (205.026) e búlgaros (118.759) no país ainda é inferior ao de outras nacionalidades europeias, como poloneses (532.375), italianos (529.417) ou gregos (298.254). Mas, o Ministério do Interior da Alemanha destacou o importante aumento registrado nos últimos anos, sublinhando que entre 2012 e 2014, a chegada de imigrantes búlgaros e romenos aumentou em 414,5%.

Em 2012 residiam na Alemanha 120.231 cidadãos espanhóis. A emigração espanhola para esse país teve um aumento de 206,6% entre 2004 e 2012, ano em que entraram no país 23.345 espanhóis, tornando-se a sétima nacionalidade entre os mais de 623.000 imigrantes chegados à Alemanha em 2012, depois de poloneses, romenos, búlgaros, húngaros, italianos e gregos⁵.

Atualmente, baseando-se em dados de 1º de janeiro de 2014 divulgados pelo INE, há 122.218 cidadãos espanhóis estabelecidos na Alemanha.

2. Suíça

A Suíça conta com uma longa história de imigração e emigração. Desde a Segunda Guerra Mundial, o país recebeu mais de 2 milhões de imigrantes. Antes desse período, foram muitos os suíços que emigraram para outros países. Calcula-se que em torno de 10% da população suíça viva no exterior.

A assinatura do tratado de livre circulação com a União Europeia serviu como base para a política migratória suíça. Atualmente, a população de imigrantes no país é formada principalmente por pessoas qualificadas originárias do âmbito europeu. Segundo dados da Agência Suíça de Cooperação e Desenvolvimento COSUDE, 21,6% da população suíça era formada por imigrantes em 2009.

Recentemente, a Suíça abriu uma brecha na estreita relação que vinha mantendo até agora com os países da União Europeia. O país referendou um ataque frontal aos sócios comunitários, já que por uma estreita maioria de 50,3%, decidiu impor cotas de entrada para os cidadãos da Europa comunitária, acabando assim com a livre circulação de pessoas regida por um acordo entre ambos os territórios desde 2002.

O texto referendado nas urnas oferece pouca margem à interpretação. Capitaneada pelo partido União Democrática de Centro, de extrema direita, a iniciativa insta a reintroduzir um sistema de cotas que também permita o acesso aos benefícios sociais e o direito ao reagrupamento familiar de europeus. Consciente de que tal exigência vulnerabiliza os acordos da Suíça com a União Europeia, o texto obriga a que os mesmos sejam renegociados num prazo de três anos.

Segundo Simonnetta Sommaruga, chefe do Departamento de Justiça e Polícia – equivalente à Ministra da Justiça, “o Conselho Federal trabalhará para aplicar estas decisões dentro do prazo estipulado” (SOMMARUGA, 2014), advertindo das consequências de longo alcance que o resultado pode supor. O máximo órgão de governo da Confederação Helvética tinha se manifestado contrário à iniciativa com estudo argumentativo que finalmente foi derrotado nas urnas. O referendo aprovado em fevereiro de 2014 é um claro exemplo do que se pode denominar de irracionalidade que vem em escala progressiva no Continente Europeu. A economia suíça experimentou um grande avanço graças à entrada em vigor do tratado de livre circulação, entre outros fatores, porque associava a sua regulamentação com o acesso dos produtos suíços ao mercado único europeu. O desemprego manteve-se em apenas 3%, os salários aumentaram em torno a 0,6% anual e o controle das condições de trabalho se tornaram ainda mais rígidos.

No entanto, o mal estar da população perante problemas pouco relacionados com a imigração (23% dos habitantes da Suíça), aliado ao receio ao estrangeiro que ecoa pela Europa, se impuseram nas cifras. Segundo Yves Flückiger, vice-reitor da Universidade de Genebra, “as pessoas não votaram com a razão e sim com a emoção”. Todos os resultados demonstram que a livre circulação tem beneficiado a Suíça e as desigualdades salariais foram reduzidas graças à subida dos salários de nível médio e baixo⁶.

Ainda de acordo com Cristina Gaggini, diretora do sindicato patronal *Économiesuisse* para a parte francófona do país, “com o sistema de cotas de entrada, o país enfrentará problemas na hora de contratar mão-de-obra em um país com elevado índice de inovação e que precisa de trabalhadores muito qualificados” (GAGGI, 2014).

Em poucos momentos da história recente da Suíça, coincidem vozes tão opostas sobre o mesmo tema. Para Mischa Von Arb, porta-voz do sindicato UNIA, a proteção dos trabalhadores vai piorar com o fim da livre circulação. Segundo o sindicalista, esta veio em sintonia com sistema de controle das condições de trabalho que previa elevadas multas quando se violava a legislação. “Antes, a imigração na Suíça consistia sobretudo em cidadãos espanhóis, italianos ou da ex- Iugoslávia que trabalhavam em setores menos qualificados, com salários baixos. Mas agora, os trabalhadores são, em boa medida, alemães de classe média. E os que trabalham em setores menos qualificados fazem o trabalho que suíços normalmente não querem fazer”.⁷

Paradoxalmente, os próprios impulsores da medida se negam a discutir as cifras. Fabienne Despot, presidenta do partido UDC no cantão de Vaud, um dos 26 que compõem o país, concorda que as empresas precisam de mão-de-obra

estrangeira, mas incentiva a que “procurem primeiro os suíços e, depois, os estrangeiros que já estão no país” antes de recrutar quem ainda não cruzou as fronteiras suíças. Tal afirmação vai ao encontro da iniciativa aprovada nas urnas: “Há uma elevada concentração demográfica na Suíça. Poderiam ser construídos edifícios mais elevados ou converter terras agrícolas em edificáveis. Mas, muita gente se opõe a isso. Ademais, a rede de transportes já está muito pressionada e isso se deve ao efeito migratório”.

Segundo as estatísticas do INE, com dados de 1º de janeiro de 2014, havia 103.247 cidadãos espanhóis com residência na Suíça⁸.

3. Espanhóis no Brasil

No mundo empresarial e corporativo espanhol, consolidou-se nos últimos anos a ideia de que o Brasil é a porta da América Latina para novos negócios. Desde o final da década de 1990, o país tornou-se no segundo maior investidor no Brasil depois dos Estados Unidos. Grandes e médias empresas como Telefônica, Acciona ou o Banco Santander mantêm um volume fundamental dos seus negócios no Brasil, assim como os pequenos empresários espanhóis, que começaram a desembarcar no país na metade dos anos 2000.

As empresas espanholas, sejam elas grandes ou mesmo as pequenas, levam consigo parte de sua mão-de-obra espanhola para supervisionar a instalação, iniciar os primeiros projetos e controlar total ou parcialmente as operações das companhias. A este novo tipo de migrante se lhe denominou “expatriado”, pelo fato de exercerem suas funções fora dos seus territórios nacionais, mas com vínculo empregatício desde a origem.

Dos expatriados que têm chegado ao Brasil nos últimos anos, cerca de 90% são do sexo masculino, de acordo com o Consulado Espanhol em São Paulo e a Câmara Espanhola do Comércio. O perfil mais comum é o do executivo ou diretor de grandes empresas espanholas ou multinacionais. “Tem entre 40 e 45 anos, vêm com as famílias e costumam manter um alto poder aquisitivo. Tem aumentado muito em decorrência da crise. Alguns chegam ao Brasil receosos de perderem seu *status* na Espanha. , também chegam jovens muito bem formados que não conseguem um emprego em consonância com sua formação na Espanha: arquitetos, engenheiros, economistas, informáticos e até artistas. Chegam em condições muito precárias, em ritmo de aventura. Alguns se dão bem, outros não”, explica Ricardo Martínez, cônsul-geral da Espanha em São Paulo, cidade que acolhe dois terços dos espanhóis residentes no Brasil, seguida pelo Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre.

Para esse contingente de profissionais que chegam ao Brasil, a sorte consiste em que uma empresa os contrate e faça os trâmites consulares para a obtenção do visto de trabalho, um processo que pode se estender por pelo menos quatro meses e que faz com que muitas empresas acabem por desistir do candidato.

Na área de engenharia, por exemplo, existem vagas, mas quase todas desaparecem quando surge a palavra “visto de trabalho”, lamenta Miren Izkue, que teve que esperar sete meses até obter um visto de residência. Esta engenheira civil encaixa no perfil dos aventureiros que tiveram sorte. Quando

chegou a São Paulo em 2012, mal falava português. Demorou quase um ano para que alguma empresa lhe desse uma oportunidade. Enquanto isso não acontecia, trabalhou como garçom num restaurante espanhol, embora seja difícil encontrar espanhóis trabalhando nesse tipo de atividade.

Quem não tem essa mesma sorte, vive na ilegalidade, com trabalhos “free lance” e imersos na economia informal. Embora não exista uma perseguição ao imigrante “sem papéis”, sem um visto o indocumentado não pode sair e voltar a entrar no país, ou abrir uma conta num banco; fica sem acesso à saúde. Para alugar uma casa ou contratar uma linha telefônica, têm que recorrer à ajuda de terceiros. Portanto, não é incomum que haja espanhóis que aproveitam para casar-se com locais e, assim, regularizar sua situação no país.

Diante da burocracia existente para a concessão de vistos de trabalho para estrangeiros por parte do governo brasileiro, os trabalhadores espanhóis que são enviados por empresas espanholas para exercerem suas atividades no Brasil entram no país com visto de turista. Mantêm o vínculo empregatício com suas matrizes na Espanha, para onde retornam antes do término de vigência do referido visto, que é de três meses.

Outro perfil de imigrante que tem chegado ao Brasil é o do pequeno empresário afetado pela crise na Espanha. A maioria chega sem conhecer bem o país e recorre aos consulados da Espanha para encontrar orientações sobre como trabalhar no país.

Com uma taxa de desemprego recorde de 26%, os espanhóis ampliaram a procura por trabalho no Brasil e o número de currículos de interessados em trabalhar no País cresceu 412,2%, se comparados os meses de novembro de 2011 e de 2012. De acordo com a Câmara Espanhola de Comércio, a entidade recebeu 251 currículos em novembro de 2011 frente a apenas 51 no mesmo período do ano anterior. Em média, 130 currículos chegam mensalmente à Câmara.

Segundo a entidade, além da elevada taxa de desemprego na Espanha, a falta de mão-de-obra especializada no Brasil em alguns setores, principalmente infraestrutura, justifica o aumento na procura de emprego. Os setores de energias renováveis, como a eólica e o setor de transportes são os mais procurados.

Atualmente, o Brasil tem cerca de 60 mil espanhóis com visto de trabalho. Mas este número poderia ser ainda muito maior já que, para uma empresa contratar um espanhol ela precisa justificar o motivo de não contratar um brasileiro para o mesmo posto. Os engenheiros são os que mais enfrentam dificuldades para exercerem a profissão no Brasil, diante da falta de reconhecimento do diploma no País. Não existe um acordo bilateral de reconhecimento de títulos universitários, o que torna necessário revalidar quaisquer titulações acadêmicas antes do exercício da profissão no Brasil.

4. Remessas de valores.

As remessas de dinheiro do exterior feitas pelos emigrantes espanhóis ao seu país de origem entre junho e setembro de 2013 são de aproximadamente 1,640 bilhão de euros. A soma é maior do que a que tinha sido remetida apenas em um trimestre anterior, segundo a série analisada pelo Banco de Espanha, que começa em 1990.

O fenômeno, que antes da crise estava vinculado apenas aos imigrantes que da Espanha enviavam parte dos seus salários aos seus países de origem, hoje voltou a ser um combustível para a economia de muitas famílias residentes na Espanha. Os envios cresceram de maneira bastante acentuada. No verão de 2008, ainda no início da crise, chegavam a Espanha em torno de 1,340 bilhão em remessas de trabalhadores que moravam no estrangeiro, o que representa 22% menos do que em 2013.

Enquanto crescem os envios por parte dos espanhóis no exterior, diminuem as remessas dos estrangeiros residentes na Espanha, como reflexo da recessão pela qual o país vem atravessando desde 2008. Entre junho e setembro de 2013 somaram 1,723 bilhão de euros, 10% a menos do que no trimestre anterior, mas muito abaixo do que era enviado em 2010, quando a cifra superou os 2 bilhões de euros por trimestre. De igual maneira, a população estrangeira na Espanha vem decrescendo nos últimos anos. Enquanto no primeiro trimestre de 2009 chegaram 176.808 pessoas de origem estrangeira, na primeira metade de 2013 foram apenas 134.212 pessoas. No mesmo período, 259.227 pessoas saíram da Espanha, das quais 85% tinham nascido no estrangeiro, segundo dados do INE.

No âmbito da União Europeia, as cifras colocam a Espanha como terceiro país que mais recebeu remessas em 2012, atrás apenas da França e da Itália. A emigração cresceu na mesma proporção que o aumento do desemprego, que na Espanha atinge a mais de 25% da população economicamente ativa. Embora seja complicado precisar uma cifra exata de espanhóis que decidiram tentar a sorte além das fronteiras, de acordo com as estatísticas de variações residenciais do INE, no ano de 2012 um total de 56.392 pessoas com nacionalidade espanhola saíram das estatísticas oficiais do Padrão Municipal de Habitantes⁹ dos seus respectivos municípios pelo fato de irem para o estrangeiro. A estes é preciso acrescentar também os que não compareceram à prefeitura para modificar seu lugar de residência.

Uma visão geral das estatísticas de remessas na Espanha durante as últimas décadas nos permite comprovar as mudanças migratórias que o país tem vivenciado. Nos anos 90, quando a Espanha ainda não era um país atraente para os estrangeiros em busca de trabalho, os trabalhadores estrangeiros residentes no país enviavam o equivalente a apenas 22,1 milhões de euros, frente aos 296 milhões que chegavam do exterior. Após um crescimento lento, porém contínuo, o ponto de inflexão chegou em 2004: pela primeira vez na Espanha os trabalhadores enviavam mais dinheiro para fora (1,179 bilhão) do que chegava em conceito de remessas (1,020 bilhão). Porém, a crise voltou inverter a tendência e agora os envios de dinheiro em ambos os sentidos estão praticamente equilibrados.

Conclusões

Embora o governo espanhol venha minimizando a magnitude da nova emigração espanhola e tenha usado eufemismos como “mobilidade exterior” para se referir ao fenômeno, aludindo o suposto “espírito aventureiro” dos jovens espanhóis como uma das suas causas, é evidente que a emigração de espanhóis,

sem ser massiva, tem crescido em decorrência da crise econômica. E isso vem ocorrendo num ritmo muito superior ao sugerido pelas cifras oficiais. De acordo com as estimativas, o número de espanhóis que deixaram o seu próprio país entre 2008 e 2012 poderia ser de 700.000 pessoas, mais do triplo do que consta nas fontes oficiais.

A crise modificou ligeiramente o perfil dos imigrantes e seus destinos. Aos destinos tradicionais da emigração espanhola como França ou Alemanha, somam-se outros, como Reino Unido ou Brasil, país que começa a se destacar no noticiário espanhol pela sua pujança econômica a partir da segunda metade dos anos 2000. Apesar da distância geográfica com a Espanha, o Brasil despontava como destino principalmente para um tipo de migrante cada vez mais comum neste início do século XXI: os “expatriados”, denominação que recebe os trabalhadores que são destinados a outros países na condição de empregado já contratado com a finalidade de assumir um cargo de chefia ou então de liderar projetos para as companhias com as quais mantêm vínculo empregatício.

A saída de espanhóis rumo a países europeus dentro do Espaço Schengen começa a encontrar resistência por parte dos governos desses países. Se antes Alemanha, Bélgica ou França já limitavam a entrada e permanência em seus territórios de imigrantes extra-comunitários, agora o fazem também com os nacionais de países signatários do Acordo Schengen que, em teoria, prevê a livre circulação dos seus cidadãos entre suas fronteiras. Como a chegada e permanência de espanhóis em busca de emprego também implica na extensão dos benefícios sociais do Estado de Bem-Estar, esses mesmos governos de caráter conservador promovem decretos que regulamentam e limitam a permanência de cidadãos comunitários dentro de suas fronteiras.

Notas

1 - A obtenção da nacionalidade espanhola para cidadãos de países ibero-americanos, Andorra, Guiné Equatorial, Filipinas ou Portugal exige que o interessado resida na Espanha por um tempo mínimo de apenas dois anos.

2 - A partir de 27 de dezembro de 2008, por um período de três anos, todas as pessoas cujo pai ou mãe fossem de origem espanhola e aquelas cujos avós tivessem perdido ou tido que renunciar à nacionalidade espanhola como consequência de situação de exílio durante a Guerra Civil Espanhola e a Ditadura.

3- PERE – Padrão de Espanhóis Residentes no Estrangeiro.

4 - Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Um total de 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia (exceto Irlanda e Reino Unido) e três países que não são membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça), assinaram o acordo de Schengen. Liechtenstein, Bulgária, Romênia e Chipre estão em fase implementação do acordo. De acordo com tal premissa, qualquer trabalhador nacional de um dos países signatários do referido acordo, pode se deslocar livremente dentro do Espaço Schengen inclusive para procurar emprego.

5 - “Alemania quiere expulsar a los inmigrantes que no encuentren trabajo em seis meses”.

Disponível em www.publico.es 26.03.2014.

6 - http://internacional.elpais.com/internacional/2014/02/09/actualidad/1391942183_207520.html

7 - www.elpais.es 09/02/2014.

8 - Estadística del Padrón de Españoles Residentes en el Extranjero. Disponível em www.ine.es

9 -Na Espanha, o *Padrón Municipal de Habitantes* é um registro administrativo, no qual constam os moradores de um município. Sua criação, manutenção, revisão e gerenciamento, bem como realizar as devidas verificações é de competência das prefeituras. A inscrição no Padrão Municipal contém alguns itens obrigatórios, como: a) nome e sobrenome; b) sexo; c) endereço habitual; d) lugar e data de nascimento; e) número de documento de identidade; f) escolaridade.

Referências

ADOLF, Steven. *Mi casa, su casa: a la mesa con emigrantes españoles*. Den Haag: De Nieuwe Haagsche, 2012.

AGENCIA ESTADO. *Infraestrutura no Brasil atrai espanhóis e portugueses que fogem do desemprego*. Brasília, Cámara Oficial Española de Comercio em Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.camaraespanhola.org.br/pt-br/noticias/infraestrutura-no-brasil-atrai-espanh%C3%B3is-e-portugueses-que-fogem-do-desemprego>. Acesso em 09.06.2014

ASENJO, Almudena. *De la España que emigra a la España que acoge*. Madrid: Fundación Largo Caballero, 2006.

GAGGI, Cristina. *La votation nous entraîne pour 3 ans d'incertitude économique*. Disponível em www.lefigaro.fr. Acesso em: 10/04/2014.

GONZÁLEZ ENRIQUEZ, Carmen. *La emigración desde España: una migración de retorno*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2012.

INE. *Flujos de emigración e inmigración*. Serie 2010-2011.

INE. *Padrón de habitantes 2009-2013*. Disponível em: <http://www.ine.es/jaxiBD/menu.do?L=0&divi=EPOB&his=0&type=db> acesso em: 22.04.2014.

Internation Migration Outlook. *Return Migration: A new perspective*. Paris: OCDE, 2013.

LA CAIXA. *Radiografía del descenso de la población activa*. Informe Mensual. Barcelona: LA CAIXA, 2013. Disponível em: http://www.pdf.lacaixa.comunicacions.com/im/esp/201309_esp.pdf Acesso em: 25.04.2014.

ROCHA, Fernando; ARAGÓN, Jorge. *La crisis económica y sus efectos sobre el empleo en España*. Madrid: Fundación 1º de Mayo, Colección Informes, nº 55, 2012

SÁNCHEZ ALONSO, Blanca. *El final del ciclo emigratorio español: desiderátum*. Madrid: Historia y Política nº 23, p. 135-162, 2010

SEBASTIÁN, Luis de. La vinculación de la emigración y el desarrollo. Cáritas, *Revista Documentación Social*, nº 147, pp. 45-61, 2007.

SOMMARUGA, Simonetta. *Nouvelle dispositions constitutionnelles sur l'immigration*. Confédération Suisse, Département Fédéral de Justice et Police, 03/03/2014.

EL PAÍS. "Suiza da un portazo a la Unión Europea". *El País*. Madrid, 2014. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2014/02/09/actualidad/1391942183_207520.html Acesso em: 26.04.2014

EL PAÍS. "Los emigrantes envían a España más dinero que nunca en un trimestre". *El País*, 2014. Disponível em: http://economia.elpais.com/economia/2013/12/30/empleo/1388404063_212948.html

"Alemania quiere expulsar a los inmigrantes". Disponível em: <http://www.publico.es/510489/alemania-quiere-expulsar-a-los-inmigrantes-europeos-que-no-encuentren-trabajo-en-seis-meses>

RESUMO

A Espanha sempre foi um país de emigração em toda a sua história. Esta tendência se inverteu a partir da década de 1990, quando o país passa a receber imigrantes em decorrência do seu desenvolvimento econômico, e continua até o início da crise econômica em 2009. É a partir de então que se verifica um aumento do fluxo de emigrantes rumo aos países europeus menos afetados pela crise e também para o Brasil. O presente trabalho está focado na emigração espanhola para dois países europeus: Alemanha e Suíça, além do Brasil abordando as diferenças no movimento migratório entre a Espanha e ambas as regiões, assim como no fenômeno da remessa de divisas desde o exterior para a Espanha, que cresce na mesma proporção que a emigração.

Palavras-chave: Espanha, emigração, crise econômica.

ABSTRACT

Spain has always been a country of emigration throughout its history. This trend reversed from the middle of 1990s, when the country started to receive immigrants due to its economic development, and continues until the beginning of the economic crisis in 2009. From then that there have been an increase in the flow of migrants towards the European countries less affected by the crisis and also to Brazil. This work is focused on Spanish emigration to European countries: Germany and Switzerland, as well as to Brazil, considering the differences on migratory movement between Spain and both regions, as well as the phenomenon of transfer of currency from abroad to Spain, which grows in proportion to emigration.

Keywords: Spain, emigration, economic crisis.